BF | BLOG DA FEIRA

André Pomponet
TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 / PUBLICADO EM COLUNISTAS, DESTAQUES

Quem ganha e quem perde com o adiamento das eleições

A epidemia de coronavírus trouxe um ingrediente novo para o cenário político brasileiro: a possibilidade de adiamento das eleições municipais de 2020. Algumas das principais lideranças políticas do País evitam abordar a questão no momento. Afinal, a prioridade é o combate ao coronavírus. Mas, nos bastidores, os comentários fervilham. E já há, inclusive, propostas para serem apresentadas ao Congresso Nacional.

A mais moderada sugere o adiamento do pleito por 60 ou 90 dias. Aconteceria, portanto,

em dezembro ou janeiro, encurtando um pouco os próximos mandatos. A outra proposta é bem mais radical: cancelaria o pleito, estendendo os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores por dois anos. Em 2022 aconteceriam eleições gerais, para todos os cargos.

A segunda desperta bem mais resistência. Afinal, o que não falta é deputado federal pré-candidato a prefeito. E é de difícil aprovação, pois depende de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Como há intensas divergências, é provável que não prospere. A não ser que o coronavírus provoque uma catástrofe – o que ninguém sensato deseja – forçando o adiamento.

Quem ganharia e quem perderia com o adiamento das eleições? Os atuais prefeitos e vereadores, obviamente, seriam amplamente beneficiados. Afinal, ganhariam dois imprevistos – mas muito bem-vindos – dois anos a mais de mandato. E os principais prejudicados? Quem está fora e deseja herdar esses postos logo em 2020. Sem mencionar, claro, a população que, em muitos lugares, anseia por mudanças.

Há situações singulares. Em Salvador, por exemplo, o prefeito ACM Neto (DEM) – no final do segundo mandato – poderia ganhar um bônus de mais dois anos e impulsionar sua candidatura para o governo do estado. Passaria uma década inteira no poder na capital baiana, cacifando-se.

Na Feira de Santana, Colbert Filho (MDB) seria beneficiado com mais de um mandato inteiro: ficaria quatro anos e nove meses no cargo e ainda poderia disputar a reeleição. Até lá reforçaria a própria marca de gestão e resolveria pendências com potencial de fragilizar suas pretensões, como o polêmico BRT e a controversa remoção de camelôs e ambulantes do centro da cidade.

O difícil é convencer dois terços do Congresso Nacional a aprovar a PEC. Lá em Brasília, por exemplo, há dois pré-candidatos à prefeitura de Feira de Santana: José Neto (PT) e Dayane Pimentel (PSL). Provavelmente não são simpáticos à iniciativa. E no tabuleiro há também dois deputados estaduais: José de Arimatéia (Republicanos) e Targino Machado (DEM).

Não é só uma questão de mais dois anos de mandato: em 2022, com eleições gerais, esse quarteto seria forçado à difícil escolha: tentar a mais tranquila renovação do mandato ou aventurar-se tentando a prefeitura, com mais incertezas? Não é um dilema trivial. E, indiretamente, talvez favorecesse Colbert Filho, candidato à reeleição, esvaziando a concorrência.

Tudo, por enquanto, é especulação. O avanço da pandemia e as hipotéticas turbulências políticas vindouras vão descortinar o cenário mais adiante. Mas que os debates já fervilham nos bastidores, nos ambientes virtuais. Mesmo com o isolamento imposto pelo coronavírus.

Sobre | Últimos Posts

Últimos posts por André Pomponet (exibir todos)

A função essencial dos motoboys na pandemia - 17/04/2020
Festejos juninos em tempos de pandemia - 16/04/2020
Executivo feirense reduz salários, mas Legislativo se omite - 15/04/2020

Compartilhar:

WhatsApp | Facebook | Twitter | Telegram | LinkedIn

Relacionado

Adiamento da Micareta pode ser inevitável
11/03/2020

Rui Costa diz na Band que é 'o novo' desta eleição na Bahia
15/07/2014

Vereadores feirenses não vão reduzir o próprio salário?
02/04/2020

BF | BLOGDA.feira.br

© 2020 Janio Costa Rego Comunicações - Todos os direitos reservados